

Ano IV	Volume V	Nº 9	Julho/dezembro 2008	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	----------	------	---------------------	----------------	----------------

As Negociações Inter-Regionais entre Europa, América Latina e Mercosul

Patrícia Nasser de Carvalho¹ e Elói Martins Senhoras²

Resumo

O artigo discute os marcos de relacionamento entre a Europa e a América Latina por meio de um estudo que resgata o histórico contemporâneo das relações internacionais entre as partes, desde os esquemas iniciais de colonização às negociações atuais de cooperação. Através discussão, embebida em uma história secular de relações internacionais, as negociações inter-regionais entre a União Européia e o Mercosul são apreciadas com destaque. O propósito é demonstrar os pontos de continuidade e inflexão no padrão de relacionamento Europa-América Latina e apontar quais são os interesses, desafios e ganhos recíprocos embutidos para o avanço de uma ação cooperativa no sistema internacional.

Palavras-chave: América Latina, Inter-Regionalismo, Mercosul, União Européia.

Abstract

This paper discusses the relationship landmarks between Europe and Latin America through the study of their contemporary history of international relations since the colonization schemes to current negotiations for cooperation. Throughout this discussion emerged from a secular history of foreign affairs, inter-regional negotiations between the European Union (EU) and the Southern Common Market (Mercosur) are focused in order to show the continuities and changes in the European-Latin American pattern of relationship and what are the interests, challenges and mutual gains built for the advance of a cooperative action in the international system.

Key words: European Union, Inter-Regionalism, Latin America, Mercosur.

¹ Economista pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e membro associada ao Fórum do Mercosul (Fomerco) e à Associação Brasileira de Estudos da Defesa (ABED). Mestranda em relações internacionais pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: patinasser@yahoo.com.br

² Economista, cientista político e *visiting scholar* na University of Texas at Austin, na Universidad de Buenos Aires e na National Defense University e *visiting researcher* na University of British Columbia e na University of California, Los Angeles. E-mail: eloi@ige.unicamp.br

Recebido em 30/06/2008. Aprovado para publicação em 21/07/2008.

Ano IV	Volume V	Nº 9	Julho/dezembro 2008	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	----------	------	---------------------	----------------	----------------

Introdução

Em um contexto de crescente relevância de novas práticas espaciais no âmbito internacional e de novos atores na transformação do capitalismo mundial, o estudo geográfico adquire lugar estratégico para repensar uma teoria espacial nas relações internacionais por meio de novas categorias analíticas.

Ao problematizar novas categorias espaciais, torna-se possível investigar como os espaços são transversalmente instrumentalizados pelo poder e como eles se tornam diversamente em um meio de dominação. Apesar de fluidas e interpostas entre si, toda escala é central e decisiva, material e politicamente, para estruturar os processos dialéticos da acumulação, por isso o artigo pretende mostrar a importância de uma escala relevante, mas com insuficientes estudos, que é a *região transnacional*.

Os espaços regionais transnacionais têm sido um dos maiores movimentos nas relações internacionais, pois praticamente todos os países do globo são membros de um bloco, e muitos pertencem a mais de um, de forma que quase dois terços do comércio mundial se dá por meio desses “mercados comuns” (HILAIRE e YANG, 2003).

Neste sentido, a regionalização do espaço internacional deve ser vista como resultado de múltiplos esforços para criar um regime regulatório de nível regional, uma escala espacial que seja potencialmente capaz de superar as limitações da escala estatal e, ao mesmo tempo, proporcione as vantagens de uma localização específica e limitada que possa reter em um espaço mais amplo aqueles aspectos da acumulação global que continuam concentrando-se nesse espaço (NIEMANN, 2000).

Ademais, o processo de abertura das fronteiras nacionais, naturalizado na proliferação de regiões transnacionais, tem sido interpretado como uma política espacial intermediária entre escala nacional e a escala global, que nasce de uma evolução complementar à escala multilateral para abertura internacional.

A introdução da escala da região transnacional torna-se apropriada justamente em um período histórico de formação sócio-espacial que desafia as tradicionais teorias

Ano IV	Volume V	Nº 9	Julho/dezembro 2008	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	----------	------	---------------------	----------------	----------------

geográficas estadocêntricas sobre a configuração do sistema internacional contemporâneo.

Segundo Ruggie (1993), as espacialidades produzidas pelos *sistemas de poder* - impérios, cidades-estado, feudos, estados - têm sido organizadas diversamente em cada período histórico segundo padrões funcionais específicos de relacionamento das políticas internas e políticas externas.

No feudalismo, por exemplo, as relações de autoridade senhor-vassalo consolidaram uma espacialidade sem fronteiras definidas e muitas vezes sobrepostas de controle político e legal que fora radicalmente diferente da organização do espaço político do Império Romano ou da Renascença.

No capitalismo, por sua vez, a principal característica do Estado Moderno foi consolidar o seu poder e sua autoridade espacial em uma base *territorial* bem definida, portanto em um ponto fixo e único, que delimitou as fronteiras entre o nacional e o internacional.

Com o crescente processo de globalização, que erode as bases conceituais até então hegemônicas, bem como as bases políticas e institucionais das representações espaciais, os tradicionais estudos embasados nos *Estados territoriais* têm cedido espaço para outras “regiões de poder” articuladas a escalas mais abrangentes de caráter transnacional.

Assim, como a consolidação de *Estados territoriais* pelo Tratado de Vestfália no século XVI representou um marco de mudança na configuração do espaço na transição do feudalismo para o capitalismo, a formação de *regiões transnacionais* e de *negociações inter-regionais* tem representado o surgimento de uma nova espacialidade que é dinamizada por transformações territoriais na configuração inter-estatal.

Os novos espaços *regionais transnacionais* que tem surgido no sistema internacional apresentam semelhanças aos territórios antigos devido ao *continuum* histórico de transformações incrementais, mas um olhar mais apurado sobre os mesmos irá revelar uma escala diferente e repleta de novas complexidades.

Ao mesmo tempo em que as regiões transnacionais são organizadas funcionalmente em detrimento das *relações domésticas* de cada país-membro em um espaço intra-regional,

Ano IV	Volume V	Nº 9	Julho/dezembro 2008	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	----------	------	---------------------	----------------	----------------

elas também são construídas espelhando *relações exteriores* com o resto do mundo em um campo extra-regional.

Embora o impacto dos grupos regionais no desenvolvimento da política intitulada regionalismo transnacional tenha sido objeto de estudo em todo o mundo há algumas décadas, o papel das negociações inter-regionais conhecidas como inter-regionalismo vem sendo negligenciado, e por isso merece maior investigação, sendo objeto de estudo empírico neste artigo.

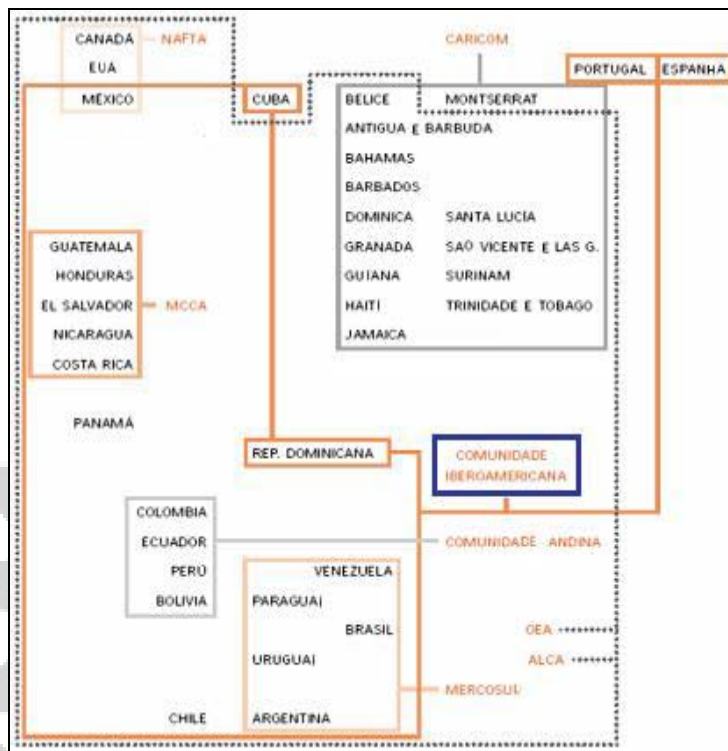
Segundo GONZALEZ (2007), a combinação da *motivação liberal* de se administrar a crescente interdependência complexa do mundo com a *motivação realista* de busca de equilíbrio entre os blocos regionais conduziu ao surgimento de negociações inter-regionais nas relações internacionais.

As negociações inter-regionais encobrem um amplo espectro de políticas de interação regional conhecido como inter-regionalismo, que vão desde *acordos bi-regionalistas*, que abrangem diálogos bloco-bloco, até *acordos trans-regionalistas*, que designam arranjos mais difusos nos quais os países freqüentemente negociam com outro bloco segundo uma capacidade individual desvincilhada dos interesses de países vizinhos e dos demais sócios de uma organização regional (HÄNGGI, 2000).

A chamada *Diplomacia de Cúpulas* ou *Diplomacia Presidencial* presente nas negociações inter-regionais entre a União Européia (UE) e a América Latina (AL) desde que ocorre desde o fim dos anos 1990 ocorre por meio de reuniões de caráter multilateral e inter-governamental com amplo caráter de flexibilidade; primeiro, como o projeto ibero-americano e, como posterior projeto euro-latino-americano. Desde então, a celebração de cúpulas envolvendo os dois lados do Atlântico vem se tornando um importante instrumento de integração, não tanto por ser considerado como a reunião política de mais alto nível institucional interestatal, mas por ser o resultado final de trabalhos e encontros prévios de preparação e confecção das agendas convergentes de trabalho.

Quadro 1

Estrutura Inter-regional na Comunidade Ibero-Americana



Fonte: CIDOB (2007).

Esta *Diplomacia das Cúpulas* tem crescentemente ocorrido por meio de conferências que reúnem as mais altas autoridades estatais que garantem o cumprimento das decisões devido à envergadura máxima do poder executivo nacional, sem a mediação de instituições ou burocracias específicas, salvo para as questões de protocolo. Sua característica vai de encontro às clássicas negociações engendradas por uma *Diplomacia Parlamentaria*, predominante no diálogo internacional desde o Congresso de Viena até o final da Guerra Fria, que se deu por meio da institucionalização de organismos permanentes com uma dinâmica burocrática que funcionou segundo a lógica parlamentar de ratificação das decisões pelos congressos nacionais para sua implementação e cumprimento (TUSSIE e BOTTO, 2005).

Logo, o diálogo inter-regional euro-latinoamericano experimentou avanços a partir de sua institucionalização, com a ocorrência de reuniões interministeriais desde o início dos anos 1990. Para a Europa, a região latino-americana passou a ser vista como uma peça-chave para ampliação do papel político europeu e para a intensificação da exploração dos seus

Ano IV	Volume V	Nº 9	Julho/dezembro 2008	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	----------	------	---------------------	----------------	----------------

interesses comerciais. Para os países da AL, que adotavam as medidas liberalizantes à época, tinham vivido as incertezas quanto à Rodada Uruguai e realizavam experiências do regionalismo econômico, era a chance de fazerem acordos comerciais preferenciais, impulsionar as relações em direção à maior ajuda ao desenvolvimento e em outros campos.

Frente a esta centralidade das negociações inter-regionais, o artigo está estruturado com base na discussão das relações da Europa com a AL, dos marcos de suas relações internacionais entre as partes através do resgate histórico, passando pelas fases de negociações enquadradas em cinco gerações de acordos, com foco, por fim, nas negociações com o Mercosul, a fim de identificar as causas de avanço e retrocesso de ambas as partes na agenda de discussão de uma área de livre comércio inter-blocos.

As Relações da Europa com a América Latina: dos Esquemas Coloniais às Negociações Inter-Regionais

A raiz histórica, cultural e os valores comuns dos países europeus e latino-americanos sustentam a relação especial que se expressa através de um conjunto de temas prioritários para ambas as regiões, tais como uma forma de governo baseada no Estado de direito e na institucionalidade democrática, no respeito aos princípios básicos como os direitos humanos, na redução dos desequilíbrios sociais, no cuidado com o meio ambiente, na promoção da integração como sistema de desenvolvimento regional e no compromisso com o multilateralismo como forma de governança global (SILVA, 2006: 26). Esta unidade de princípios é o que faz das relações euro-latinoamericanas relevantes no âmbito das relações internacionais, pois elas transcendem a aproximação geográfica do velho regionalismo.

Em verdade, as bases das relações euro-latinoamericanas remontam as Grandes Descobertas quando as colônias européias na América Latina passaram a ser vistas como objetos de exploração dos interesses europeus, isto é, fontes inesgotáveis de matérias-primas e conseqüentemente, de exorbitantes lucros. Diferentemente da orientação da colonização da América do Norte, onde o objetivo principal foi a verdadeira ocupação do território, na AL e Caribe a exploração teve caráter predatório de usufruto dos ibéricos.

Ano IV	Volume V	Nº 9	Julho/dezembro 2008	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	----------	------	---------------------	----------------	----------------

Durante alguns séculos as relações entre os dois continentes assim se mantiveram. Milhões de europeus imigraram para a AL - primeiro para exploração, em seguida para ocupação e por último, para fugir das guerras - o que gerou ao mesmo tempo sociedades europeizadas e “libertadores” do jugo europeu. Movimentos de integração da latino-americana se sucederam.

O século XX trouxe as guerras mundiais e, com elas, o neocolonialismo e o conseqüente maior interesse da Europa pelas novas colônias na África e na Ásia. Nas décadas de 1960-70, vieram os conturbados movimentos de independência nestes continentes. Dadas estas condições, a Europa manteve uma linha de ajuda humanitária e financeira que perdura até hoje para suas ex-colônias.

De fato, os primeiros contatos da Comunidade Econômica Européia (CEE)³ com a AL foram estabelecidos nos anos 1960, período que coincidiu com progressiva instalação dos regimes militares nos principais países latino-americanos e com a adoção da estratégia cepalina de substituição de importações. Por conseguinte, o protecionismo da indústria nacional nascente e das filiais das empresas multinacionais estabelecidas em seus territórios implicou numa grande dificuldade de negociações com a Europa. Outro desafio do período diz respeito ao grupo dos países manifestos “não-alinhados” do Terceiro Mundo, o que caracterizou a vontade destes países de lutar contra a dependência e a exploração dos desenvolvidos.

Na década de 1970, as crises do petróleo e do dólar caracterizaram momentos de instabilidade da economia mundial, sobretudo com relação ao sistema monetário internacional, ao mesmo tempo em que se verificava uma maior interdependência entre os países do globo. Além disso, a AL passava por processos de mudanças, como a reestruturação de sua economia e maior impulso à industrialização, o que levou ao crescimento rápido, embora não sustentado das principais economias latino-americanas. Deste modo, a Europa passou a voltar mais sua atenção para o sub-continente. Embora no contexto da Guerra Fria os EUA mantivessem papel de *key player* na região, sua

³ A fim de evitar a repetição das instituições do bloco europeu e se compreender o seu desenvolvimento, vale mencionar de antemão que: a Comunidade Econômica Européia (CEE) foi lançada pelo Tratado de Roma em 1957, juntamente com a Comunidade Européia de Energia Atômica (Euratom). A CE deu unidade administrativa e política à Comunidade Européia do Carvão e do Aço (CECA), lançada em 1951, à CEE e à Euratom e entrou em vigor em 1º de julho de 1967. O Tratado de Maastricht, de 1991 (que entrou em vigor em 1993), substituiu a CE pela União Européia (UE).

Ano IV	Volume V	Nº 9	Julho/dezembro 2008	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	----------	------	---------------------	----------------	----------------

hegemonia passou a era questionada e a AL buscou um ponto de apoio ao desenvolvimento, personificado na Associação Latino-Americana para a Integração (ALADI), através do processo negociador da integração comercial na região. Diante deste cenário, havia grandes razões para que a CEE aperfeiçoasse suas relações com o sub-continente.

Em verdade, os acordos que se sucederam entre a integração mais profunda da Comunidade Européia (CE) e os países da AL visaram sistematicamente o comércio, primeiramente de forma bilateral e, no decorrer das décadas, no âmbito birregional. Como o intuito deste trabalho não é fazer um estudo detalhado dos acordos concluídos, mas oferecer um panorama geral para subsidiar a análise das relações de cooperação UE-Mercosul, não será feita uma apresentação exaustiva dos acordos concluídos entre o bloco europeu e o grupo de países latino-americanos. Cabe, entretanto, um sobrevôo para indicar as sucessivas fases das relações entre os continentes para inserir o cenário em que se deram as negociações com o Mercosul.

As Cinco Gerações de Acordos Inter-Regionais

A tabulação cronológica dos principais acordos nas relações birregionais, realizada neste artigo, introduz um histórico que permite facilmente a identificação de agendas e temas de negociação em períodos específicos, segundo cinco gerações de acordos, que incorporam *questões econômicas e políticas* e estão inter-relacionadas com o próprio desenvolvimento das duas *ondas internacionais de integração regional mundial* - velho e novo regionalismo.

Por um lado, a especificidade das negociações entre a União Européia (UE) e a AL, enquanto complexidade aberta e latente, está assentada nos pilares do novo regionalismo, cujas bases estão nas negociações institucionais bilaterais em detrimento das negociações multilaterais. As relações entre instituições regionais com níveis de poder político e econômico desiguais devem ser o ponto de partida mais plausível para a reflexão sobre o seu caráter, uma vez que a associação inter-regional UE-AL trata-se de uma forma estratégica de inserção internacional que pode reduzir a vulnerabilidade frente à hegemonia estadunidense.

Por outro lado, as perspectivas teóricas acerca do regionalismo têm sido essenciais para modelar o entendimento das variáveis explicativas mais importantes para as relações UE-

Ano IV	Volume V	Nº 9	Julho/dezembro 2008	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	----------	------	---------------------	----------------	----------------

AL e os seus mecanismos causais. O novo regionalismo e o birregionalismo trazem dimensões política, econômica, social, cultural que podem ser percebidas através de um estudo histórico e, posteriormente, uma análise crítica.

Como se deseja caracterizar as relações UE-Mercosul dentro do panorama das relações UE-AL as principais gerações de acordos foram resumidas até se caracterizar a situação atual das negociações, seguindo a caracterização conforme bibliografia levantada. O período descrito no quadro a seguir abrange desde a sistematização da orientação europeia de suas relações exteriores para a América Latina e Caribe⁴, iniciada na década no fim da década de 1950, até a fase atual, denominada *Diplomacia das Cúpulas*.

As relações entre a CEE com os países da AL remontam os próprios processos de integração regional em ambos os continentes e se relacionam com a conjuntura internacional. No início da década de 1970, a solidificação do mercado comum europeu exigiu que a CEE acrescentasse à sua estrutura uma dimensão política que abrisse caminho para uma Europa mais unida e que a capacitasse a desempenhar um papel mais importante na cena internacional (ALGIERI e REGELSBERGER, 1995). Por isso, em 1974 foi criada a Cooperação Política Europeia (CPE), onde no quadro intergovernamental, consultas deveriam assegurar a cooperação política europeia em todas as questões importantes de política externa. De acordo com Westphal (2005), essa década marca as primeiras tentativas para coordenar oficialmente as políticas externas dos nove membros.

Em meio ao contexto de guerra ideológica, a Europa concentrou-se no seu processo de integração e no fortalecimento da demanda interna, chamado por Grotius e Rubiolo (2005) de *inward-looking integration*. Segundo as mesmas autoras, nesse momento os países da América Latina sofreram uma grande decepção com relação à atitude europeia porque esperavam que a CE contrabalançasse o poder e a hegemonia dos EUA, a fim de agir como mediadora dos conflitos na América Central, principalmente relacionados às intervenções militares norte-americanas. Vivia-se um período de medidas protecionistas porque as circunstâncias políticas afetavam o comércio, uma vez que a confiança entre os

⁴ No início das relações da CEE com a AL, o Caribe estava contido no grupo de orientação aos países latino-americanos pela parte europeia. Entretanto, note-se que a década de 1960 marca a diferenciação das relações da América Latina e do Caribe com a Europa. Os primeiros acordos com os países da América Latina foram essencialmente comerciais, diferenciando-se da política direcionada para os países do Caribe que foram incorporados à orientação para as ex-colônias europeias da África e Pacífico, no chamado Grupo ACP.

Ano IV	Volume V	Nº 9	Julho/dezembro 2008	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	----------	------	---------------------	----------------	----------------

países permanecia incipiente. Assim, a influência estadunidense se fez sentir com intensidade na AL e no Caribe nos âmbitos político, ideológico, militar e econômico⁵.

Quadro 2

Gerações de Acordos entre o Bloco Europeu e a América Latina

Acordos	Características	Países	Marcos-chaves
<i>1ª Geração (1957-79)</i>	Acordos bilaterais de cooperação no âmbito comercial, de caráter não-preferencial.	<i>Acordos comerciais com a CEE:</i> Argentina (1971), Uruguai (1973) e Brasil (1974).	- Surgimento do termo “cooperação econômica”. - Acordos de caráter não preferenciais.
<i>2ª Geração (1980-1989)</i>	Enfoque regional relativo a um vasto e promissor domínio de cooperação econômica que incluía trocas de fatores de produção entre as partes contratantes. Formalmente surgem os primeiros acordos políticos, segundo interesses comerciais.	<i>Acordos de cooperação com a CEE: Acordo de cooperação com o Grupo Andino, Diálogo de San José (1985), Acordo de Cartagena (1984), Tratado Geral de Integração Centro-Americana e Panamá (1986), Brasil (1980).</i>	- Os “acordos-marco” da política comercial da CE são de cooperação econômica e não-preferenciais. - Rompimento com políticas meramente bilaterais com o surgimento de política sub-regional para a América Latina. - Interesses além do comércio: fortalecimento do diálogo político.
<i>3ª Geração (1990-1993)</i>	- Nova estratégia comunitária da CE para a América do Sul e para os Estados-membros do Mercosul: acordos de caráter não-preferencial no plano comercial, econômico, institucional e social. Apesar dos avanços, a AL continua em posição secundária.	<i>Acordos-marco de cooperação:</i> Argentina (1990), Chile (1990), México, (1991), Diálogo com o Grupo do Rio (1990), Uruguai (1991), Paraguai (1992), Brasil (1992) e Grupo Andino (1993).	- Surgimento da “cláusula democrática”, com disposições de Direitos Humanos. - Quadro de cooperação multidimensional – econômico, comercial, institucional e social.
<i>4ª Geração (1994-1998)</i>	- Diálogo político e cooperação para o desenvolvimento continuam: na prática, porém são abandonados em favor dos aspectos econômicos. - Pela primeira vez foi proposta uma política de cooperação exclusivamente com	<i>Acordos-marco de cooperação:</i> Mercosul (1995), Chile (1996) e México (1997) –zona de livre comércio.	- Acordo com o Mercosul: primeiro acordo de cooperação entre blocos de que prevê a criação de uma área de livre comércio em 10 anos.

⁵ No âmbito político, as pressões se manifestaram na OEA; no âmbito militar houve acordos de cooperação para assistência técnica e bélica; no âmbito ideológico aconteceram intervenções militares na América Central, República Dominicana, Chile, etc., para se contrapor a expansão da ideologia marxista-leninista; e no âmbito econômico, desde os anos 1950 sua presença se fez sentir na esfera da industrialização de base. Como investidor direto estrangeiro, participou da associação ao capital nacional em muitos países, como no Brasil.

Ano IV	Volume V	Nº 9	Julho/dezembro 2008	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	----------	------	---------------------	----------------	----------------

www.revistaintellector.cenegri.org.br

	a AL, separada da Ásia.		
<p><i>5ª Geração “Diplomacia das Cúpulas” (1999 em diante)</i></p>	<p><i>Associação estratégica bi-regional com a participação das sociedades civis. Acordo de livre comércio com o Mercosul até 2010. Cúpulas do Rio de Janeiro (1999), Madri (2002), Guadalajara (2004), Viena (2006) e Lima (2008).</i></p>	<p>- <i>Acordos de associação:</i> Mercosul (1999) e Chile (2002) - <i>Acordos de livre comércio:</i> México (2001) - <i>Acordos de diálogo político:</i> Comunidade Andina e América Central (2003).</p>	<p>- 1999: birregionalismo estendido novamente aos países do Caribe. - Intensificação das relações econômicas e aperfeiçoamento dos instrumentos político-institucionais que compreendem uma ampla e variada agenda. Resultados dos acordos-marco: restritos aos aspectos econômicos.</p>

Fonte: Elaboração própria.

Na década de 1970, com a crise internacional e do fim do sistema de Bretton Woods, estas dificuldades se refletiram no “europessimismo” que se instalou na Europa, o que de certa maneira, desencorajou os arranjos de integração na América Latina. Diante deste cenário, o diálogo político CE com a AL se deu com a afirmação da vontade do Parlamento Europeu (PE) e do Parlamento Latino-Americano (Parlatino) de iniciar o contato para fortalecer os valores democráticos, através da celebração das Conferências Interparlamentares que aconteceram a partir de 1974. Embora representasse o primeiro fórum de caráter birregional, seu valor permaneceu apenas simbólico e retórico.

Neste momento, ainda que a CE se interessasse pelo processo de redemocratização na América Latina e oferecesse ajuda neste sentido, a instabilidade política na região não permitiu uma maior aproximação das relações que ficaram apenas no âmbito econômico. Os acordos de primeira geração (1957-79) se concretizaram essencialmente porque a CE viu na região a possibilidade de ampliar os mercados para suas exportações e os investimentos provenientes dos países europeus, assim como garantir suas provisões de matérias-primas. De maneira geral, o principal êxito dessa primeira geração de acordos estabelecido pela ainda CEE foi o diálogo inter-regional que havia se estruturado entre a Comissão Européia, órgão executivo de articulação da CPE, e o Grupo Latino-Americano

Ano IV	Volume V	Nº 9	Julho/dezembro 2008	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	----------	------	---------------------	----------------	----------------

(GRULA), composto por embaixadores latino-americanos sediados em Bruxelas. Todavia, o diálogo se limitou a temas de natureza essencialmente pragmática.

Conforme SARAIVA (2004), somente nos anos 1980 a CE conseguiu criar bases efetivas para executar uma política externa genuinamente europeia que a permitisse se firmar como um ator coerente na cena internacional e agir como bloco de poder. Esta década marcou o ponto de inflexão das relações de *low para high profile* da CE com a AL. Tanto os interesses e as necessidades europeias fizeram-se mais fortes no âmbito de cada Estado individualmente quanto no marco coletivo de Estados, tendo em vista as conseqüências das sucessivas crises do petróleo e do início da era Thatcher e Reagan que limitaram os intercâmbios meramente comerciais entre os blocos.

A intensificação da desestabilização política em virtude da luta partidária em diversos países da América Central levou a Europa a reforçar sua presença na região com o objetivo de intermediar uma solução negociada. Neste espectro, a CE começou a destacar-se progressivamente como ator internacional ao atuar como mediador dos conflitos do processo de redemocratização, mesmo sem possuir uma dimensão militar. Em 1984 pela primeira vez foi estabelecido um diálogo político inter-regional com os países centro-americanos e Panamá, através do mecanismo conhecido como Diálogo de San José, instrumento de cooperação inter-regional com o objetivo de contribuir para a adoção de uma solução negociada para a crise na área. Do ponto de vista europeu, a democracia e o respeito pelos direitos humanos eram fatores considerados condições necessárias para o desenvolvimento pacífico na região⁶.

Em 1990, também foi estabelecido diálogo com o Grupo do Rio, formado por onze Estados latino-americanos, que foi institucionalizado pela Comunidade Europeia com o estabelecimento de reuniões ministeriais⁷. Ao contrário da América Central, o diálogo entre as partes não teve nenhum tema específico e logo se mostrou como principal fórum de diálogo inter-regional porque reunia alguns dos maiores e mais influentes países da AL.

⁶ O Diálogo de San José foi estabelecido entre a Comissão Europeia e o Grupo de Contadora (Nicarágua, Colômbia, Panamá, Venezuela, Costa Rica, El Salvador, Guatemala e Honduras) em 1983 para mediar a crise na América Central, desencadeado pela Revolução Nicaragüense e as Forças Armadas dos EUA, em virtude das divergências das políticas norte-americanas para a região latino-americana.

⁷ O Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política – Grupo do Rio (GRIO) – foi criado em 1986 no Rio de Janeiro. Dele fazem parte Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Panamá, Paraguai, Peru, Venezuela, Uruguai e um representante da Comunidade do Caribe/CARICOM.

Ano IV	Volume V	Nº 9	Julho/dezembro 2008	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	----------	------	---------------------	----------------	----------------

Dadas as intenções do aprofundamento das relações políticas, a CE incentivou igualmente a integração regional e a cooperação para o desenvolvimento do Grupo. Contudo, apesar do reconhecimento do Grupo do Rio como ator internacional e o respaldo fornecido pelos europeus aos processos de integração na região, não houve a assunção de compromissos concretos.

Com efeito, as crises da dívida e a crise das Malvinas entre Argentina e Grã-Bretanha demonstraram claramente a institucionalização do diálogo político não necessariamente levava a uma maior “sintonia” entre as partes. Os interesses políticos não ajudavam os países latino-americanos endividados, que esperavam financiamento alternativo aos dos organismos internacionais, tampouco permitiram que se chegasse a uma solução pacífica no caso malvino. Somente com a volta da redemocratização e a maior estabilidade econômica é que o diálogo político foi efetivamente retomado, enquanto os fluxos de comércio e investimento europeus sofreram gradual e constante redução em direção à região latino-americana.

Grande parte do esforço para o reatamento das relações com a América Latina se deu em virtude do próprio processo de integração europeu que incorporou os países ibéricos em 1985. Espanha e Portugal, por terem relações históricas e culturais mais fortes com os latino-americanos e caribenhos, contribuíram direta e indiretamente no sentido de acelerar o processo de aproximação entre as duas regiões ao influenciar as instituições comunitárias para maior aproximação com suas ex-colônias.

CAVALCANTI e TREIN (2007) lembram que a inclusão dos países mediterrâneos de grau de desenvolvimento inferior aos países fundadores levou a uma reformulação das relações exteriores da CE e, particularmente de sua “cooperação para o desenvolvimento”. Ambos os países ibéricos enxergavam grande potencial das relações com base numa aproximação mais substantiva com a América Latina.

Ademais, a emergência do alargamento da Europa não a conduziu ao que muitos especialistas temiam: ao fechamento da CE para com o restante da Comunidade Internacional. Neste caso, a incorporação de Espanha e Portugal à CE proporcionou mudanças positivas nas relações birregionais com a AL, embora de efeitos tenham sido mais limitados do que as expectativas iniciais dos países latino-americanos. Mesmo assim,

Ano IV	Volume V	Nº 9	Julho/dezembro 2008	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	----------	------	---------------------	----------------	----------------

é possível dizer que esta geração de acordos, de segunda geração (1980-90) foi além dos interesses comerciais e se estenderam para o fortalecimento do diálogo político.

O início da década de desenvolvimento de arranjos regionais na AL despertou atenção da CE que criou altas expectativas quanto ao seu desenvolvimento, de forma mais acentuada, com relação ao Mercosul. Em pouco tempo, esse bloco passou a ser seu principal parceiro comercial na AL, assim como maior receptor de investimentos diretos. As perspectivas das relações da AL com a Europa foram infladas e mostraram interesse pela negociação de acordos de cooperação com a UE.

Na Europa, o Ato Único Europeu de 1986, além de determinar as dimensões do mercado unificado, incluiu novas bases de negociação entre a CE e outros blocos como forma de adaptação da Europa Comunitária a todas as transformações que ocorriam na cena internacional. Desse modo, os interesses comuns nas áreas econômicas e comerciais se refletiram no uso do poder político com vistas a exercer influência sobre terceiros Estados. A CE voltou-se, assim, às questões orientadas para o eixo comercial e político que incluíram os países do Terceiro Mundo; a AL passou a ser fonte muito importante na competição por mercados com os EUA.

Ademais, especial atenção foi dada às temáticas internas da CE, como emprego, imigração e fortalecimento da Política Externa e de Segurança Comum (PESC) instaurada no Tratado de Maastricht em 1992, cujos temas não consensuais e polêmicos demandaram a promoção de outras reformas institucionais consideradas indispensáveis.

Os acordos de terceira geração (1989-93) da UE-AL, entretanto, pouco avançaram com relação aos precedentes, frustrando as expectativas dos países latino-americanos. Eles apenas introduziram uma inovação: a cláusula democrática que condicionou os programas de cooperação à vigência da democracia.

Os fóruns de diálogo político birregional permaneceram como mecanismo de associação diferenciada no decorrer dos anos 1990. Reuniões ministeriais como Grupo do Rio foram estabelecidas no início da década e em 1996 os países que compunham o Diálogo de San José concordaram em organizar encontros imediatos entre a presidência do Sistema de Integração Centro-Americano (SICA) e a UE. Chile e México assinaram declarações de diálogo político no mesmo ano, estabelecendo encontros anuais. Com efeito, o Acordo-

Ano IV	Volume V	Nº 9	Julho/dezembro 2008	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	----------	------	---------------------	----------------	----------------

Marco de Associação da UE com o Mercosul, assinado em 1995, foi o primeiro tratado entre dois blocos regionais em processo de constituição de um mercado comum.

Targets políticos mais complexos foram estabelecidos na quarta geração de acordos (1994-1998) com o argumento de que uma rede de associação, em tese, promoveria o aumento da influência das duas regiões na cena internacional através do estabelecimento de um diálogo para promoção da coesão social, desenvolvimento sustentável e melhorias do meio ambiente. Além disso, contribuiriam para a estabilização dos países da AL a fim de que conseguissem atrair mais investimento direto da Europa e provisões para infraestrutura, e ajudaria na luta contra o narcotráfico, fortalecendo a governança democrática.

No entanto, a proliferação de acordos birregionais e a intensificação da cooperação para o desenvolvimento não tiveram resultados práticos, pois a preocupação se concentrou nos aspectos econômicos das relações. A AL foi reposicionada na escala de preferências da UE, mas com vistas somente, à contemplação dos interesses econômicos (CAVALCANTI e TREIN, 2007). O acordo de associação com o Mercosul é um dos que pouco progrediram, em contrapartida aos inúmeros acordos com países e blocos regionais da Ásia que prosperaram. A UE precisou se concentrar nas condutas para atingir os critérios de Maastricht, dados os inúmeros problemas econômicos por que passava no período. Por isso, nesta fase, a UE-AL não só não cumpriram com a “associação avançada”, como a UE reduziu sua ajuda ao desenvolvimento e a ajuda humanitária para os países da América Latina.

As quatro etapas de acordos entre a UE-AL prepararam gradativamente as condições para uma ambiciosa proposta da UE de “associação estratégica” para a quinta geração de acordos. Ao contemplar uma ampla agenda, a UE introduziu questões para um tipo inédito de associação birregional junto à AL e Caribe que se daria através de acordos de largo alcance baseados em três pilares complementares: o diálogo político sobre intenções comuns, as relações econômico-comerciais e a cooperação para a associação e do desenvolvimento.

Inaugurada na Cúpula de Chefes de Governo e Estado no Rio de Janeiro em 1999, a chamada *Diplomacia das Cúpulas* (1999 até o momento) trouxe interesses do lado

Ano IV	Volume V	Nº 9	Julho/dezembro 2008	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	----------	------	---------------------	----------------	----------------

www.revistaintellector.cenegri.org.br

européu mais especificamente para a superação de antigas dificuldades de cooperação. A Cúpula do Rio também fortaleceu o perfil regional no sistema internacional emergente.

Quadro 3
Cronologia das Relações UE-AL e Caribe

<i>Ano</i>	<i>Etapas da Parceria Estratégica</i>	<i>Ano</i>	<i>Etapas da Parceria Estratégica</i>
1974	Início das Conferências bianuais entre o Parlamento Europeu e o Parlantino	1996	Primeira reunião de diálogo de alto nível entre a UE e a Comunidade Andina em matéria de lutas contra o tráfico de drogas
1975	Criação do Grupo ACP e assinatura da Primeira Convenção de Lomé	1997	Acordo de parceria econômica, política e de cooperação com o México
1976	Primeiras atividades de cooperação entre a UE e a AL, incluindo certos países do Caribe que, na altura, não eram membros do Grupo ACP	1999	Cimeira do Rio de Janeiro: UE-AL e Caribe
1983	Assinatura do Primeiro Acordo de cooperação entre a EU e o Pacto Andino	1999	Início das negociações de um acordo de associação UE e Mercosul
1984	Lançamento do Diálogo de San José entre os países da UE e da América Central	2000 2001	Entrada em vigor progressiva do acordo de livre comércio com o México
1985	Assinatura do acordo de cooperação entre a UE e a América Central	2002	Cúpula de Madri: UE-AL e Caribe
1986	Criação do Grupo do Rio	2002	Assinatura do Acordo de Associação UE-Chile
1990	Declaração de Roma que institui o diálogo político entre a UE e o Grupo do Rio	2003	Assinatura do Acordo de Diálogo Político e de Cooperação entre a UE e a Comunidade Andina
1994	Quarto Encontro Ministerial entre a UE e o grupo do Rio realizado em São Paulo: adoção de uma declaração sobre a parceria.	2003	Assinatura do Acordo de Diálogo Político e de Cooperação entre a UE e a América Central.
1995	Assinatura do Acordo-Quadro Inter-Regional de Cooperação entre o Mercosul e a UE para intensificar suas relações e incrementar suas trocas comerciais.	2004	Cúpula de Guadalajara: UE-AL e Caribe.
1996	Assinatura do Acordo-Quadro Inter-Regional de Cooperação entre o Chile e a UE para a criação de uma associação política e econômica.	2006	Cúpula de Viena: UE-AL e Caribe.
		2008	Cúpula de Lima: EU-AL e Caribe

Fonte: Elaboração Própria. Baseada em Comissão Europeia (2007). Disponível em [www.ec.europa.eu], 2007.

A intenção retórica europeia foi utilizar o substrato cultural comum que contribuiria para a universalidade de valores e facilitaria o impulso à integração com vistas à formação de áreas de livre-comércio na região latino-americana e caribenha e à ampliação e fortalecimento da cooperação em matéria de desenvolvimento, educação, ciência e tecnologia.

Ano IV	Volume V	Nº 9	Julho/dezembro 2008	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	----------	------	---------------------	----------------	----------------

Entretanto, considera-se que a ambição por integrar um espaço mais solidário mascarou os discursos iniciais que foram reafirmados nas Cúpulas de Madri-2002, Guadalajara-2004, Viena-2006 e Lima-2008 que respeitaram aos princípios da soberania do Estado-Nacional, mas não conseguiram ultrapassar o alto nível declaratório. Novamente, os compromissos foram limitados frente às proposições dos acordos e dos acontecimentos do contexto internacional que desviaram as atenções da direção à cooperação.

A Complexidade Inter-Regional das Negociações UE-Mercosul

No espaço da América do Sul, a UE reconheceu rapidamente ao Mercosul como uma realidade, de maneira que se deu o início de um processo negociador com o objetivo de criar acordos orientados em direção a uma área de livre comércio.

O diálogo da UE com o Mercosul teve início em 1991, ganhou o *status* de acordo-quadro em 1995, em 1996 as estruturas previstas no mesmo começaram a funcionar e em 1999 na Cúpula do Rio houve o anúncio oficial de que as negociações visavam a atingir a liberalização gradual inter-regional e recíproca, não deixando de incluir nenhum setor, seguindo as regras acordadas na OMC.

Desde o início, a UE ofereceu suporte financeiro e técnico para o fortalecimento institucional do Mercosul, cujas intenções eram facilitar o acesso de empresas europeias no mercado mercosulino e expandir as atividades da UE. Portanto, as intenções para atingir uma associação birregional teve amplo alcance: incluiu o comércio (agricultura, alimentos, produtos industrializados e propriedade intelectual), investimentos em transporte, energia, meio ambiente, ciência e tecnologia e um sistema de trocas de informação. Acompanhando todas estas intenções nasceram projetos de harmonização de mercados e de implementação de padrões técnicos para ajudar a estruturas institucionais regionais a ganharem credibilidade, assim como projetos nas áreas veterinária e fitossanitária e de padronização de normas.

De fato, o Mercosul passou a ser o principal interlocutor político da UE na América Latina à medida que os inúmeros encontros de alto nível aconteceram, uma vez que o bloco europeu considerava o Mercosul uma peça estratégica para seu ingresso na América do Sul devido ao potencial de convergência com a Comunidade Andina e outros esquemas regionais. Além disso, o bloco mercosulino era considerado uma força maior capaz de

Ano IV	Volume V	Nº 9	Julho/dezembro 2008	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	----------	------	---------------------	----------------	----------------

aproximar a AL da UE, o que seria facilitado pelos laços culturais, pelo aprofundamento do diálogo político e pela interdependência econômica. Ademais, seria a melhor forma de contrabalançar a influência dos EUA na região, em especial frente às negociações da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), ao se consolidar como um *global trader block*.

Do lado do Mercosul, a relação privilegiada com a UE representou um contraponto para o reequilíbrio nas relações com os EUA, uma vez que ele poderia futuramente reforçar sua posição como ator político no hemisfério e assim se beneficiar com melhores termos de negociação, além de ser uma oportunidade de obter apoio institucional para a o reforço da sua integração e receber transferência de tecnologia.

Ao passo que a UE avaliou o Mercosul como uma peça estratégica para seu ingresso na América Latina devido ao seu potencial futuro para convergência com a Comunidade Andina, por outro lado, o Brasil avalia as negociações do Mercosul com a União Européia como um marco para erigir sua liderança na América do Sul, consolidando a ampliação de sua inserção internacional.

As negociações entre a UE e o Mercosul demonstram a especificidade do novo regionalismo. Por um lado, a relação privilegiada com a UE representou para o Mercosul um contraponto para reequilíbrio nas relações com os EUA, uma vez que poderia reforçar no futuro sua posição como ator político no hemisfério e assim se beneficiar com melhores termos de negociação, tanto no continente americano quanto no continente europeu, possibilitando assim uma estratégia de diversificação de relações econômicas.

Por outro lado, a UE se focou em um relacionamento com a AL para se consolidar enquanto um *global trader block*, com força para contrabalançar a expansão do poder estadunidense e avançou nos espaços comerciais emperrados nas negociações da OMC, sobretudo com o Mercosul, que possui um mercado de mais 250 milhões de habitantes e um PIB agregado superior a 1000 milhões de dólares, que contabiliza aproximadamente 50% do produto industrial e das exportações da AL (GALDIOLI e SENHORAS, 2006).

Dentre os pilares que as partes consideraram mais relevantes, sem dúvida, a área econômica, sobretudo de comércio, foi aquela cujas expectativas foram maiores. Efetivamente, os países do Mercosul são responsáveis pelo destino de metade do

Ano IV	Volume V	Nº 9	Julho/dezembro 2008	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	----------	------	---------------------	----------------	----------------

comércio europeu e dois terços do Investimento Direto Externo (IDE) para a AL. Por isso, sem dúvida ambos os lados têm grandes interesses reforçar os acordos. Os indicadores dos relatórios anuais da Comissão Europeia mostram um grande fluxo de IDE europeu para o Mercosul da ordem de 50% do total para a AL e 23% do total de investimentos canalizados para o países em desenvolvimento (EC, 2002: 89). Os investimentos bilaterais provenientes de países europeus, como da Espanha, também têm ganhado grande destaque nos últimos anos.

Contudo, nos termos de uma negociação de redução tarifária, pouco se evoluiu. Da perspectiva do Mercosul, sem dúvida o setor agrícola é o mais controverso, especialmente porque a dinâmica de negociações birregionais UE-Mercosul se atrela essencialmente às rodadas de negociações da OMC que, por sua vez, não avançam. As concessões de subsídios agrícolas da UE permanecem há muito tempo como a grande controvérsia que paralisa o ciclo de Doha e, conseqüentemente, não faz com que a associação birregional se concretize. Isto significa que os produtos que os países do Mercosul são mais competitivos, não encontram abertura nos mercados europeus.

Deste modo, a estrutura de comércio da UE-Mercosul reflete uma estrutura típica de acordos de padrão de relações Norte-Sul, tanto na qualidade quanto na quantidade⁸. É notável que há uma ambivalência por parte da UE porque, por um lado, em tese ela está comprometida com o multilateralismo, com a institucionalização e com um mercado organizado, mas por outro, ela persiste num comportamento que só agrava as assimetrias do comércio birregional. Assim, mesmo a UE permanecendo o segundo maior parceiro comercial da AL, a maior parte das exportações do Mercosul, como bloco, para a UE é composta por produtos primários e as negociações sobre qualquer redução nas barreiras tarifárias e não tarifárias impostas aos produtos provenientes do países do Mercosul avançam muito pouco (SARAIVA, 2004).

Conclui-se que, dentro das intenções de cooperação estratégica, os resultados obtidos até o momento da associação UE-Mercosul estão longe dos objetivos declarados em

⁸ Na década de 1990, de um lado, as exportações da UE para o Mercosul cresceram quatro vezes, em um ritmo muito maior do que o crescimento das exportações do Mercosul para a UE que cresceram apenas 67% no período, de outro lado, com o fim do período de boom de privatizações nos países do Mercosul, o investimento direto externo caiu significativamente.

Ano IV	Volume V	Nº 9	Julho/dezembro 2008	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	----------	------	---------------------	----------------	----------------

documentos oficiais, demonstrando uma inerente e perceptível diferença entre a retórica e a prática.

A presença da UE nas negociações com o Mercosul comporta-se politicamente, não enquanto uma genuína estratégia bilateral, mas como um enquadramento estratégico mundial onde vários países participam do mesmo jogo, o que demonstra que suas negociações não são exclusivas, mas antes concorrentes, junto a uma pluralidade de outros acordos e negociações bilaterais e regionais que legitimam uma maior interdependência por uma via complexa no sistema internacional.

A tão ansiada consolidação da posição extracontinental do Mercosul não se fortaleceu diante da paralisia em que se encontram as negociações entre o Mercosul e a UE diante da inflexibilidade das posições dos blocos nos interesses setoriais.

Por outro lado, a UE tem procurado desviar o foco das negociações durante as cúpulas em direção à cooperação sem abrir mão de sua inflexibilidade em relação a algumas temáticas, mascarando as intenções iniciais de integrar um espaço mais solidário. As desgastantes e improdutivas negociações entre o Mercosul e a UE têm sido esmaecidas na agenda de política externa deste último bloco em detrimento do surgimento de novos acordos de livre comércio com países da Ásia, que se mostram mais abertos a negociações e tendo pautas menos conflitantes de interesse, e portanto mais produtivas e com maiores ganhos para a UE.

Neste âmbito, os principais atores políticos da UE estimam ganhos maiores em acordos de livre comércio com países da Ásia do que com os países da AL ou com o Mercosul, uma vez que a perspectiva se baseia na crescente importância da região asiática, enquanto uma nova locomotiva da divisão internacional do trabalho na economia mundial, que se dispõe a negociar em setores estratégicos para a Europa, como serviços e investimentos.

Como a UE tornou-se reticente, por um lado, à diminuição de barreiras e subsídios à área agrícola ao oferecer pouco em termos de acesso adicional nos mercados em que as economias do Mercosul são competitivas, e, por outro lado persiste pressionando a abertura no Mercosul de áreas de importância estratégica como tarifas industriais, serviços, investimentos estrangeiros, compras governamentais e propriedade, a formação da agenda de negociações para um acordo de livre comércio evoluiu de maneira assimétrica

até se desfazer em uma paralisia, por apresentar muito mais problemas do que benefícios e incentivos ao Mercosul, tal como acontecera nas negociações para formação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).

Este quadro de estancamento nas negociações UE-Mercosul reflete desgastes de um enquadramento estratégico recíproco, onde os blocos participam do mesmo jogo, demonstrando que suas negociações não são exclusivas, mas antes concorrentes, junto a uma pluralidade de outros acordos e negociações bilaterais e regionais que legitimam uma maior interdependência por uma via complexa no sistema internacional.

Quadro 4
Panorama das Negociações entre o Mercosul e União Européia

<i>Por que as Negociações Avançavam?</i>	Mercosul	Uma associação entre o Mercosul e a União Européia fortalecia, por um lado, a posição sul-americana frente às negociações continentais da ALCA comandadas pelos EUA e, por outro lado, a sua capacidade de negociação em fóruns internacionais, além de trazer benefícios econômicos diretos das relações interblocos.
	União Européia	Diante da crescente importância do Mercosul e de seus países associados (Bolívia, Chile e Venezuela) no continente e sua possível convergência com a Comunidade Andina, um acordo da UE com este bloco regional representaria uma salvaguarda para a presença privilegiada européia na América do Sul.
<i>Por que as Negociações não mais Avançam</i>	Mercosul	As negociações com a UE apresentaram ao Mercosul uma agenda estrutural semelhante à Alca, com grandes perdas setoriais e poucos proveitos, o que corroborou para o surgimento de conflitos e na paralisação das discussões. O desenvolvimento das negociações entre os dois blocos demonstrou uma total disfuncionalidade no seu esperado papel de reequilíbrio das negociações do Mercosul com a ALCA.
	União Européia	A evolução das negociações da União Européia com o Mercosul se mostrou desgastante e improdutiva diante das intransigências de ambas as partes em uma ampla agenda que em quase nada avançou, fazendo com que ambos os blocos focassem as negociações para outras regiões, a exemplo do Mercosul na América do Sul e da União Européia na Ásia e no leste europeu.

Fonte: Elaboração própria.

Ano IV	Volume V	Nº 9	Julho/dezembro 2008	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	----------	------	---------------------	----------------	----------------

Bibliografia

ALGIERI, A. & REGELSBERGER E. União Européia – América Latina: Um diálogo em declínio ou uma nova oportunidade? In: *A Integração Aberta: Um projecto da União Européia e do Mercosul*. Lisboa, IEEI, 1995.

BATTAGLINI, E. As relações políticas e econômicas entre a Comunidade Européia e a América Latina. In: *Mercosul, Integração e relações com a Comunidade Européia*. São Paulo, Desep e Inca, 1997.

BRITO, A. B. A Visão Européia sobre o Futuro das Relações com a América Latina: Coesão Social e a parceria estratégica. In: *OBREAL/EULARO Policy Briefs*, novembro. Lisboa, IEEI, 2005.

CAPORASO, J. A. The European Union Dilemmas of Regional Integration. Boulder, Westview Press, 2000.

CAVALCANTI, F. G. & TREIN, F. Uma análise crítica do Acordo de Associação entre a União Européia e a América Latina e o Caribe: A Cúpula de Viena. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 50, nº 1. Brasília, IBRI, 2007.

CIDOB – Centro de Investigación de Relaciones Internacionales y Desarrollo. *Anuário Internacional 2006*. Barcelona, CIDOB, 2007.

EC – European Commission. *Annual Report from the Commission to the Council and the European Parliament on EC Development Policy and the Implementation of External Assistance*. Brussels, EC, 2002.

FAWCETT, L. & HURRELL, A. Regionalism in World Politics. New York, Oxford University Press, 2000.

FERRERO-WALDNER, B. Cinqüentenário da União Européia. *Folha de São Paulo*, Caderno A3, 25 de Março. São Paulo, 2007.

GALDIOLI, A. & SENHORAS, E. M. Da primeira marcha à marcha ré: Prognósticos de uma agenda de integração regional de Brasil e Argentina no Mercosul. In: *Revista Internacional Interthesis*, vol. 3, nº 2, 2006.

Ano IV	Volume V	Nº 9	Julho/dezembro 2008	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	----------	------	---------------------	----------------	----------------

GONZÁLEZ, J. B. Espanha, Brasil e México: Atores vértices na dinamização do novo regionalismo euro-latinoamericano (1986 -2006). Dissertação de Mestrado. São Paulo, Unesp, 2007.

GROTIUS, S. & RUBIOLO, M. Biregionalism in a globalizing world: The Latin American View. In: GRABENDORFF, W.; SEIDELMAN R. *Relations between the European Union and Latin America - Biregionalism in a Changing Global System*. Munich, Die Deutsche Bibliothek, 2005.

HÄNGGI, H. Interregionalism: empirical and theoretical perspectives. In: *Dollars, Democracy and Trade: External Influence on Economic Integration in the Americas Workshop*. Los Angeles PCIP, 2000.

HILAIRE, A. & YANG, Y. *The United States and the New Regionalism/Bilateralism*. Washington, IMF, 2003.

NIEMANN, M. *A spatial approach to regionalism in the global economy*. Basingstoke, Macmillan Press, 2000.

RUGGIE, J. G. Territoriality and Beyond: Problematizing Modernity in International Relations. In: *International Organization*, vol. 47, nº 1, 1993.

SARAIVA, M. A UE como ator internacional e os países do Mercosul. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 47, nº 1. Brasília, IBRI, 2004.

SEIDELMANN, R. EU-Latin American bioregionalism as object as global change. In: *Relations between the European Union and Latin America – Biregionalism in a Changing Global System*. Munich, Die Deutsche Bibliothek, 2005.

SILVA, M.C. El diálogo político como motor de la relación euro-latinoamericana. In: *Europa América Latina: construyendo um nueva agenda biregional, Europa América Latina: Análisis e Informaciones* nº 22, Octubre. Rio de Janeiro, Konrad Adenauer Stiftung, 2006.

TUSSIE, D. & BOTTO, M. Las Cumbres de las Américas: Una Nueva Plataforma para la Sociedad Civil. In: *América Latina Hoy*, vol. 40, agosto, 2005.

WALLACE, W. European Defence Cooperation: The Reopening Debate, *Survival*, Nov-Dec. 1984.

Ano IV	Volume V	Nº 9	Julho/dezembro 2008	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
--------	----------	------	---------------------	----------------	----------------

www.revistaintellector.cenegri.org.br

WESTPHAL, K. Biregionalism: Projecting a new pattern of governance? EU's relations between Latin America. In: *Relations between the European Union and Latin America – Biregionalism in a Changing Global System.* Munich, Die Deutsche Bibliothek, 2005.

